



**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**ROTEIRO DA UE PARA UM COMPROMISSO  
COM A SOCIEDADE CIVIL**

**2019 - 2022**

Aprovado por: Delegação da União Europeia; Estados Membros (Portugal); Sociedade Civil de São Tomé e Príncipe

Data de atualização:

Abril 2019

## 1. ESTADO DA SOCIEDADE CIVIL<sup>1</sup>

Com cerca de 180.000 habitantes, São Tomé e Príncipe é um dos mais pequenos países africanos em termos de população. Independente de Portugal desde 1975, caracteriza-se pelos desafios relacionados com a sua especificidade insular (constituída por duas ilhas distintas), cultural e linguística<sup>2</sup>, e pela sua economia agrícola pouco diversificada<sup>3</sup>, com alta dependência de importações, incluindo alimentos.

Em 2016 tinha um Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* de 1730 dólares (Banco Mundial) e em 2017 o país classificou-se em 143º lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano, colocando-o na categoria de desenvolvimento humano médio, acima da média na África Subsaariana. No entanto, existe o consenso de que a incidência da pobreza não mudou significativamente entre os dois últimos inquéritos às famílias (2000 e 2010). Estimativas recentes<sup>4</sup> do Banco Mundial mostram que cerca de um terço da população vive com menos de 1,9 dólares norte-americanos por dia, e mais de dois terços da população é pobre, estando num limiar de pobreza de 3,2 dólares norte-americanos por dia.

No plano político, São Tomé e Príncipe é uma democracia pacífica, embora com algumas crises governamentais, relacionadas com dificuldades de coabitação partidária. Após as eleições legislativas, autárquicas e regionais de outubro de 2018, um novo Governo tomou posse, apoiado por uma coligação de incidência parlamentar.

A sociedade civil de São Tomé e Príncipe tem as suas origens logo após a independência e durante a reforma agrária no final dos anos 80, quando várias organizações agrícolas nasceram para reivindicar a obtenção e a gestão de terras<sup>5</sup>. Mas foi especialmente na década de 1990, com o processo de democratização e a dinâmica estabelecida pelas agências da ONU e pelas ONG internacionais, que as OSC começaram a proliferar em São Tomé e Príncipe. Além das organizações agrícolas, existe no País um grande número de ONG, organizações profissionais, como a Ordem dos Advogados, e grupos de empreendedores ou organizações corporativistas, como professores e associações de jornalistas, bem como sindicatos.

Com o objetivo de um melhor envolvimento com as autoridades públicas e organizações internacionais, 44 organizações nacionais e estrangeiras que trabalham no país criaram em abril de 2001 a Federação das Organizações Não-Governamentais de São Tomé e Príncipe (FONG - STP), com o objetivo de coordenar e promover o reforço das suas atividades. Mais recentemente, através da FONG e também criando ligações com outras estruturas mais independentes, a sociedade civil do país procurou fortalecer o seu envolvimento em políticas públicas. Num contexto de fraqueza geral das instituições nacionais e locais, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços essenciais de qualidade e na luta contra a pobreza, e no contexto socioeconómico do país, as expectativas dos parceiros de desenvolvimento em

---

<sup>1</sup> “A UE considera que as organizações da sociedade civil (OSC) incluem todas as estruturas não estatais, sem fins lucrativos, não partidárias, não violentas, nas quais as pessoas se organizam para prosseguir objetivos e ideais comuns, sejam eles políticos, culturais, sociais ou económicos” (Extrato da “Comunicação COM (2012) 492 da Comissão Europeia”).

<sup>2</sup> A língua oficial do país é o Português numa região da África Central onde o idioma predominante é o francês.

<sup>3</sup> O cultivo de cacau representa 85% das receitas de exportação de São Tomé e Príncipe.

<sup>4</sup> 2018

<sup>5</sup> Fonte: Carolina Cravo, Laure Londaitzbehère, Olívio Diogo, Sónia Sousa "Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe", Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP) e FONG-STP com o apoio financeiro do IPAD, 2010.

relação ao setor associativo continuam muito altas, particularmente na concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Embora estas Organizações da Sociedade Civil (OSC), especialmente ONG, sejam numerosas em São Tomé e Príncipe, tendo em conta o tamanho do País, representando por isso um verdadeiro parceiro para as autoridades nacionais e as comunidades locais, acabaram por substituir o Estado em vários setores, nomeadamente apoiando a população ao nível social.

No entanto, até à atualidade as OSC continuam a ser estruturas extremamente ligadas às dinâmicas da cooperação internacional e das agências que operam no País, que representam a sua principal fonte de financiamento.

## 1.1 AMBIENTE FAVORÁVEL

Ao contrário da maioria dos países da região, as relações institucionais entre o Estado e a sociedade civil são relativamente pacíficas em São Tomé e Príncipe. De facto, o ambiente para a ação das OSC não apresenta restrições particulares do ponto de vista legal e regulamentar. A Constituição da República reconhece os direitos de associação e greve, a Lei 8/2012 de julho de 2012, que estabelece o quadro jurídico para a constituição e funcionamento das organizações não-governamentais, considera como ONG: “as associações, as fundações e outras instituições de direito privado sem fins lucrativos, a nível nacional e internacional, constituídas nos termos da lei geral, com o objetivo de realizar atividades de interesse reconhecido para o país, em particular nos campos económico, social, cultural, ambiental, científico, de caridade ou filantrópico, que contribuam para a satisfação das necessidades primárias das populações, a fim de melhorar as suas condições de vida”. A última apreciação do Índice da CIVICUS sobre o estado da Sociedade Civil data de 2017 e classifica o « espaço da sociedade civil » em STP como « aberto ». No entanto, nos últimos 4 anos, as relações com as ONG nem sempre terão sido “pacíficas”, havendo relatos de casos de censura e represálias contra ativistas e jornalistas.

Por outro lado, na prática os direitos civis são amplamente respeitados e o registo de novas organizações a nível do Ministério da Justiça não coloca dificuldades particulares<sup>6</sup>.

O enquadramento legal também prevê que ONG nacionais e estrangeiras estabelecidas nos termos da Lei podem receber "estatuto de organização não-governamental de interesse público (ONGIP)" quando o Governo reconhece a sua utilidade pública. Essas organizações adquirem deveres e direitos adicionais que incluem, por exemplo, isenção fiscal e direitos aduaneiros<sup>7</sup>, bem como o direito de tomar decisões sobre questões relativas à definição de políticas nacionais nos domínios da sua intervenção e especialização (artigos 19.º a 36.º). No entanto, persiste alguma indefinição e constrangimento no acesso ao Estatuto de Interesse Público, o que faz com que, até ao momento, apenas duas organizações tenham obtido este estatuto e, portanto, possam beneficiar dos benefícios mencionados.

---

<sup>6</sup> De facto, é relativamente fácil registar uma nova OSC em São Tomé e Príncipe. Por essa razão, nas últimas duas décadas houve uma proliferação de organizações da sociedade civil no país. O diagnóstico ACEP-FONG-IPAD 2010 estimou o número de organizações em STP em mais de 150. Na realidade, essas organizações nem sempre foram ou são funcionais. Muitas vezes novas organizações são criadas simplesmente para tirar proveito de novos financiamentos externos e, portanto, têm um tempo de vida útil muito limitado. Ponto importante é que, tratando-se de um país insular, as organizações precisam de importar a maioria dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

<sup>7</sup> Questão relevante, num país insular onde as organizações precisam de importar a maioria dos equipamentos para funcionarem.

O apoio "técnico e financeiro" do Estado "a programas, projetos e ações de cooperação desenhadas por ONG" é viabilizado por meio de "protocolos de cooperação" com OSC (Artigo 12). A participação das organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas nacionais também está prevista na lei (artigo 16). No entanto, as OSC em São Tomé e Príncipe permanecem quase totalmente dependentes do apoio financeiro externo (especialmente as agências das Nações Unidas, o Banco Mundial, a União Europeia e a cooperação bilateral), e sem qualquer apoio organizacional e financeiro do Estado. Algumas organizações fizeram recentemente esforços para mobilizar recursos internos, mas essas iniciativas estão ainda em estado embrionário.

A existência de um quadro jurídico claro, que facilite as relações entre as OSC e o Estado, pode desempenhar um papel importante na superação de algumas das dificuldades encontradas nas relações entre estas duas entidades, embora o quadro jurídico não preveja o estabelecimento de um quadro permanente de interação entre o Estado e a sociedade civil. É também importante ressaltar que, devido ao facto de ser muito recente, a lei apenas foi parcialmente implementada, não tendo sido até agora adotado qualquer decreto que facilite a sua implementação. Embora a Constituição garanta a liberdade de expressão, que também é respeitada na prática, não há muitos meios de comunicação além dos controlados e geridos pelo Estado. Nas áreas rurais, as rádios comunitárias são muito ouvidas, enquanto o acesso à Internet está em crescimento, especialmente entre os jovens, e particularmente nas áreas urbanas do país. O direito de acesso à informação pública, consagrado na Constituição, não é objeto de lei específica aplicável aos servidores públicos e existe, na prática, alguma retenção de informações<sup>8</sup>.

Em resumo: em São Tomé e Príncipe levantam-se algumas questões, como o escasso reconhecimento das ONGs ao longo do processo político, a ausência de mecanismos endógenos de acesso a recursos, nomeadamente através do Estado, a vulnerabilidade dos seus membros a situações como cooptação ou ameaça à sua atividade profissional na função pública, dificuldades no acesso à informação e aos meios de comunicação, que limitam a sua atuação.

## 1.2 PARTICIPAÇÃO E PAPÉIS

Conforme foi mencionado anteriormente, a tipologia das OSC no arquipélago é relativamente variada. Existem, entre outras, organizações de produtores agrícolas (sindicatos, cooperativas básicas), ONG de desenvolvimento, organizações de direitos humanos, sindicatos, organizações profissionais, organizações religiosas e locais. A maioria dessas organizações trabalha nos setores sociais e apenas uma minoria está ativa na área da boa governação.. Segundo o *Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe*<sup>9</sup>, as OSC são claramente visíveis nas áreas mais remotas do País, em apoio às comunidades onde as necessidades básicas são mais urgentes, especialmente através de serviços em setores como saúde,

---

<sup>8</sup> Note-se, no entanto, a existência de um Centro de Informação sobre o Petróleo, localizado na Biblioteca Nacional de São Tomé. Este centro, que foi estabelecido e funciona com o apoio do PNUD, é um caso inicial de informação aberta ao público.

<sup>9</sup> Este estudo, elaborado em 2010 pela FONG em parceria com a ONG portuguesa ACEP e com o apoio financeiro do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), é o único estudo existente sobre a sociedade em STP. Está disponível online na versão original em português: [www.acep.pt/portals/0/documentos/livros/fong\\_online\\_.pdf](http://www.acep.pt/portals/0/documentos/livros/fong_online_.pdf).

educação, proteção social, segurança alimentar, direitos humanos, promoção sociocultural, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, juventude e infância.

Recentemente, as OSC uniram-se em redes temáticas de advocacia a nível nacional. É o caso da "Rede Nacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional" (REDSAN) e da "Rede para a Conservação da Biodiversidade" (REDEBIO). Estas plataformas são interlocutores reconhecidos pelas instituições do Estado. Outras organizações, como a Associação de Mulheres Juristas, a Ordem dos Advogados, a Associação de Economistas e, mais recentemente, o Centro de Integridade Pública<sup>10</sup>, também procuram desempenhar um papel mais importante na informação, defesa e contrapeso, em questões de interesse público e social, bem como o controle da ação pública ("*watchdog*") e recebem apoio da UE e de outros parceiros. Em 2015 foi criada pela FONG<sup>11</sup> uma "Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação".

A natureza democrática do regime político e a pequena dimensão do país favorecem o diálogo e também a consideração das opiniões e desafios da sociedade civil por parte das autoridades nacionais e locais.

Há também uma crescente consciencialização da sociedade civil de que ações focadas exclusivamente na implementação de projetos (prestação de serviços) não lhes permite dar resposta, a longo prazo, aos problemas de desenvolvimento, que exigem um debate prévio e a participação efetiva na formulação e na monitorização das políticas que os enquadram. Esta visão também era partilhada pelo anterior Governo, que demonstrou vontade em estabelecer mecanismos para envolver a participação da sociedade civil na discussão do Orçamento de Estado a partir de 2015. O anterior primeiro-ministro, Patrice Trovoada, em funções até dezembro de 2018, para preparar o Orçamento de Estado para 2015 usou uma metodologia a que chamou "Orçamento do cidadão". Visitou todos os Distritos do país, dando a oportunidade à sociedade civil (organizada ou não) de exprimir as suas preocupações e transmitir o que considerava serem as prioridades de investimento do Estado.

Esta foi uma novidade absoluta no país e um possível ponto de partida para mais diálogo e maior colaboração entre o Estado e a sociedade civil.

### 1.3 CAPACIDADES

Os principais desafios para a sociedade civil em São Tomé e Príncipe são a fraca institucionalização das estruturas das OSC, que se baseiam principalmente no voluntariado, com poucas equipas permanentes, e na total dependência do financiamento das agências internacionais. Praticamente nenhuma organização tem financiamento principal (*core funding*) e opera inteiramente através de financiamento para projetos de cooperação internacional. A coordenação e a comunicação entre as OSC são débeis e os esforços da FONG não conseguem dar resposta às expectativas das OSC de apoio à angariação de fundos<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> O CIP, criado seguindo o exemplo da organização moçambicana de mesmo nome, tem um mandato para monitorar as políticas públicas e o Orçamento do Estado, e é a primeira organização da sociedade civil de São Tomé e Príncipe envolvida na melhoria do acesso à informação pública sobre estas questões.

<sup>11</sup> Com o apoio da ONG portuguesa ACEP, com financiamento da União Europeia e de Portugal, esta rede deu os primeiros passos no campo da monitoria de obras públicas e contratos, e também pretende mobilizar jornalistas para trabalhar na prestação de contas e no orçamento nacional. A criação de um Observatório da Sociedade Civil também está em discussão.

<sup>12</sup> Fonte: Estudo Diagnóstico 2010.

Houve algumas iniciativas para fortalecer a capacidade das pequenas organizações, mas geralmente voltadas para a procura de financiamento, como o apoio dado pelo Banco Mundial, que há alguns anos financiou um consultor para a FONG, com o objetivo de ajudar na identificação de projetos a serem apresentados aos doadores. Os resultados da experiência não corresponderam exatamente às expectativas pois: embora um maior número de organizações tenha conseguido obter financiamento, as suas capacidades de gestão financeira e de elaboração de relatórios permaneceu desadequada face aos financiamentos obtidos.

Os dois projetos de capacitação da sociedade civil que foram apoiados em duas fases, 2009-2012 com financiamento português<sup>13</sup> e 2013-2016 com financiamento da UE e de Portugal<sup>14</sup>, e o projeto em curso « Sociedade civil pelo Desenvolvimento: Mais Transparência, Melhor Governança » (2017-2020), apoiado pela U.E. e por Portugal, nasceram da colaboração entre a ONG portuguesa ACEP e a FONG, e constituem um verdadeiro impulso para consolidar as capacidades institucionais (capacidade de negociação, comunicação, mobilização dos diferentes atores e articulação em torno de interesses concretos) e gestão financeira das organizações da sociedade civil em São Tomé e Príncipe. Na primeira fase, o foco foi orientado para o fortalecimento da Federação, como catalisador da sociedade civil no país. A segunda fase foi direcionada principalmente para o desenvolvimento do papel da sociedade civil na vida pública, nos processos de governação e na monitoria das políticas nacionais, por meio da criação de espaços de diálogo e debate sobre as políticas públicas e de desenvolvimento.

É necessário acompanhar e reconhecer a diversidade das ONG existentes, incluindo as que integram a FONG. Existem organizações que têm equipas técnicas, experiência de gestão de projetos, especialização em áreas temáticas, parcerias nacionais e internacionais e um período considerável de experiência. Em grande parte, foram estas que responderam ao questionário realizado no âmbito do projeto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento. Existem depois outros grupos de ONGs com graus variáveis de atividade, alicerçadas em estruturas de voluntários, com intermitência na sua atividade e que geralmente têm uma base local. O reconhecimento desta diversidade tem de orientar as estratégias, para não se correr o risco de, olhando para a generalidade das organizações como tendo “fraca capacidade institucional”, fragilizar aquelas que têm uma estrutura institucionalizada e que são importantes para a autonomia relativa da sociedade civil. Por outro lado, as organizações de base locais são determinantes para que as populações possam ter acesso à informação e uma melhor capacidade de participar. Assim, é preciso desenhar estratégias que reconheçam esta diversidade.

---

<sup>13</sup> O nome do projeto foi "Reforço da FONG-STP e dos recursos de apoio às ONG", com financiamento do IPAD.

<sup>14</sup> O projeto "Sociedade civil pelo desenvolvimento: comunicação, capacitação e advocacia" foi financiado pelo programa temático da UE ANE-AL. O projeto começou em 2013 e foi implementado até 2016 pela ONG portuguesa ACEP em parceria com a FONG, responsável pelas atividades de campo.

## 2 COMPROMISSO ATUAL DA UE

São Tomé e Príncipe continua a ser um país fortemente dependente da cooperação internacional. A intervenção dos parceiros técnicos e financeiros para o desenvolvimento, bem como as suas escolhas e prioridades, têm um impacto considerável na dinâmica e evolução da sociedade civil no país. Os principais apoios vêm, nomeadamente, da União Europeia, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Portugal e Japão, bem como de algumas agências das Nações Unidas. A França encerrou a sua representação no país em 2015.

No âmbito da cooperação bilateral entre a UE e São Tomé e Príncipe, através do 9º, 10º e 11º FED, não foi atribuída uma dotação específica para reforçar a capacidade da sociedade civil. No entanto, na implementação destes Programas Indicativos Nacionais (PIN), várias OSC beneficiaram de apoio financeiro para a implementação de projetos como prestadores de serviços, particularmente na agricultura e infraestrutura rodoviária. O programa temático ANE-AL, que em 2014 mudou a designação para "OSC-AL" (Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais); foi implementado pela Delegação da UE em Libreville, no Gabão, a partir de 2010. Ao abrigo deste programa, para o período 2012-2015 foram financiados 9 projetos, todos iniciados por ONG europeias que trabalham com parceiros locais. No período 2016-2018 foram financiados 5 projetos implementados por ONG europeias que trabalham com parceiros locais, 1 projeto implementado por uma Câmara Distrital, e 1 projeto na linha IEDDH, executado pela FONG. No âmbito da linha IEDDH, está em implementação um projeto de apoio ao Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica (CACVD). As áreas de intervenção dos projetos em curso são: meio ambiente, direitos da criança e género. O único projeto financiado na área da governação<sup>15</sup> é a continuação do projeto ACEP, iniciado em 2013. Outras intervenções da UE para a sociedade civil incluem o projeto regional para os PALOP e Timor-Leste, para o reforço das competências técnicas e funcionais das instituições superiores de auditoria (ISA), parlamentos nacionais e sociedade civil (PALOP TL - Pro ISC). Financiado ao abrigo do 10º FED regional (PALOP e Timor-Leste), este projeto teve início em janeiro de 2014, por um período de três anos. Os resultados esperados deste projeto são a capacitação para monitorizar e auditar as Instituições Superiores de Controlo (ISC) sobre finanças públicas em cinco países africanos e Timor-Leste, bem como desenvolver a capacidade dos Parlamentos para auditar as finanças públicas e a sociedade civil num contexto de aprendizagem entre pares. O projeto é implementado pelo PNUD nos seis países-alvo, incluindo São Tomé e Príncipe. Certamente será necessário assegurar que as atividades executadas no âmbito deste projeto possam ser complementares ao apoio orçamental, que será concedido ao abrigo do 11º FED, bem como com outras intervenções destinadas a reforçar a capacidade da sociedade civil de monitorar as políticas públicas e do orçamento.

As iniciativas suportadas pela Cooperação Portuguesa são asseguradas através de: (i) uma linha de financiamento para as ONGD portuguesas, que executam projetos em parceria com as OSC locais; (ii) projetos de cooperação portuguesa levados a cabo por ONG portuguesas e (iii) apoio à sociedade civil local, especialmente na área da proteção social. Os fundos do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.<sup>16</sup>, responsáveis pela linha de financiamento específica para a sociedade civil, cobrem geralmente até 75% do montante total destes projetos<sup>17</sup>. Na mesma linha, o Camões, I.P. por vezes associou-se à União Europeia para

<sup>15</sup> “Mais participação, mais cidadania”, ACEP com parceiro FONG

<sup>16</sup> Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., do Ministério dos Negócios Estrangeiros

<sup>17</sup> Os restantes 25% devem ser financiados por recursos internos ou por fundos de outros doadores.

cofinanciar projetos maiores, dando entre 20% e 25% do montante total de cada projeto<sup>18</sup>. 38 projetos foram financiados nesta rubrica entre 2002 e 2013, num orçamento total de 2,5 milhões de Euros. Entre 2012 e 2018, na linha para as ONGD portuguesas, o Camões, I.P. apoiou 18 projetos com atividades em São Tomé, 11 dos quais cofinanciados pela U.E. O valor aprovado ultrapassa os 2 milhões de euros, dos quais 4 ainda em curso<sup>19</sup>. Além disso, a ONG portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr intervém nas áreas da Saúde e Educação, com financiamento do Estado Português. Portugal também apoia várias OSC na manutenção de uma "Rede de Proteção Social para São Tomé e Príncipe", com a participação, entre outros, da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe.

Até 2012, a França apoiou a sociedade civil de São Tomé e Príncipe, através do Fundo Social para o Desenvolvimento (FSD), mas a partir de 2014 o apoio da Cooperação Francesa foi dedicado principalmente ao apoio ao ensino da língua francesa e à ação cultural. A antena da sua embaixada em São Tomé e Príncipe fechou em 2015.

As agências da ONU mais ativas no apoio à sociedade civil em São Tomé e Príncipe são o PNUD e o UNICEF. O PNUD presta apoio a duas ONG nacionais nas áreas de direitos humanos e igualdade de género, com vista a fortalecer o seu papel de advocacia. Também implementa o Projeto Regional da UE sobre o Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Auditoria, Parlamento e Sociedade Civil. Em 2011 o UNICEF apoiou a FONG para desempenhar o seu papel no processo de elaboração da Lei de ONG (Lei 8/2012) que rege as ONG no país. Cada ano, aproximadamente US\$ 10.000 são alocados através da FONG para organizações da sociedade civil e organizações religiosas. Têm sido assinados acordos maiores com ONG internacionais com intervenção no país (como Helpe e Cruz Vermelha), que recebem mais de US\$ 50.000. Em 2017 e 2018 as Nações Unidas, em colaboração com o Governo, realizaram reuniões de concertação com os parceiros de desenvolvimento, com o objetivo de apreciar as ações desenvolvidas por cada parceiro e comparar com as prioridades governamentais, por forma a melhorar a coordenação e evitar a duplicação de intervenções.

## 2.1 DIÁLOGO DA UE COM A SOCIEDADE CIVIL

Desde o seu início em 2010, o programa temático das OSC-AL tem sido decisivo na promoção do diálogo dos atores europeus (especialmente a UE e Portugal) com a sociedade civil do país. Os mecanismos utilizados para as consultas e o diálogo da UE com as OSC locais são reuniões *ad hoc*, organizadas com a ajuda de ONG europeias no país e da FONG, especialmente em São Tomé e, menos frequentemente, no Príncipe. No entanto, a Delegação mantém relações mais regulares, principalmente com as ONG europeias enraizadas no país (especialmente aquelas que beneficiaram de projetos da UE há vários anos), que desempenham um papel de intermediário com a sociedade civil local, bem como com algumas ONG nacionais bem estruturadas e a FONG.

No âmbito do programa de cooperação UE-São Tomé e Príncipe, a Delegação organizou uma reunião com as organizações da sociedade civil para as informar sobre as prioridades definidas para o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Como parte da formulação da estratégia 2014-2020 para o programa temático da CSO-LA, foi organizada uma reunião consultiva com o apoio da FONG. As orientações do programa foram apresentadas num

---

<sup>18</sup> Não há acordo formal, mas constitui uma prática habitual.

<sup>19</sup> Neste grupo existe também o "Programa de reforço de atores descentralizados" entre a Câmara Distrital de Água Grande, em São Tomé, e a Câmara da Ilha do Maio, em Cabo Verde.



*workshop* com representantes de cerca de 30 organizações da sociedade civil, que puderam expressar os seus pontos de vista sobre os domínios prioritários a serem considerados pelo programa temático da UE nos próximos anos.

Note-se também que, no âmbito do Acordo de Pesca entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a União Europeia, em vigor desde 2007, houve consultas prévias com a sociedade civil do país antes e durante as negociações dos acordos e protocolos, especialmente com as associações de pescadores. No entanto, é o Governo que é responsável pelo diálogo estruturado com a sociedade civil sobre a questão da pesca, e as questões estratégicas discutidas durante as consultas são conhecidas pela UE apenas através das posições do Estado parceiro.

## **2.2 DIÁLOGO SOBRE AS POLÍTICAS PARA CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS**

Dada a ausência de dificuldades substanciais e/ou restrições específicas às atividades das organizações da sociedade civil no país, a Delegação da União Europeia não tem estado, até agora, realmente envolvida no diálogo sobre políticas para criar um ambiente propício para a sociedade civil. No entanto, existe um diálogo político com o Governo de São Tomé e Príncipe, pelo que as questões relacionadas podem ser incluídas na agenda de futuras sessões de diálogo.

## **2.3 INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Embora as OSC tenham sido consideradas no 9º e 10º FED nas áreas de intervenção da União Europeia, principalmente no papel de prestadores de serviços, não podemos falar de uma verdadeira integração “*mainstreaming*” da dimensão da sociedade civil na integração global da UE com o País. Além disso, a sua participação em programas bilaterais continua bastante fraca e desestruturada, sem um papel maior no diálogo sobre os programas. No entanto, é necessário um salto qualitativo para estruturar e formalizar o papel desses atores na boa governação, além da mera prestação de serviços, a fim de participar no desenvolvimento de políticas inclusivas em diferentes níveis e responder melhor às necessidades das populações. A programação do 11º FED não parece ter tido em conta os aspetos que permitem o acesso à atividade da sociedade civil nos dois novos sectores de concentração identificados (água e saneamento, e apoio às fileiras agrícolas de exportação<sup>20</sup>). Em particular, a intervenção no setor da água e saneamento, a mais importante em termos de envelope financeiro<sup>21</sup>, e que prevê apoio ao orçamento setorial, visa, entre os seus principais objetivos, fortalecer a governação do setor. Neste quadro, será preciso encontrar um lugar para a sociedade civil, de acordo com as diretrizes de apoio e do documento de referência n.º 12 (“Como envolver os intervenientes não estatais em novas modalidades de ajuda”) da Comissão Europeia.

O programa temático OSC-AL 2014-2020 focalizou-se, assim, na promoção de formas inovadoras de interação das OSC no processo de formulação e monitorização de políticas públicas locais, visando a corealização de ações de desenvolvimento (económico e social) e boa governação.

Quanto aos restantes doadores europeus, é de salientar que Portugal apoia a sociedade civil, nomeadamente ao nível dos apoios sociais e de luta contra a pobreza, através da “Rede de Proteção Social” e das várias instituições envolvidas.

---

<sup>20</sup> Isso contrasta com o passado, em que as intervenções eram principalmente no campo da infraestrutura viária.

<sup>21</sup> 72,5% do valor total. O orçamento total para São Tomé e Príncipe para o período 2014-2020 é de 28 milhões de Euros, mas não existe uma dotação financeira específica para apoiar o reforço da sociedade civil.

## 2.4 COORDENAÇÃO

Em São Tomé e Príncipe, não existe um mecanismo formal de coordenação entre Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF), mas a ONU e, em particular, o PNUD, organizam reuniões *ad hoc* com os PTF e o Governo, para as quais também são convidados membros da sociedade civil. Num esforço para melhorar a coordenação da ajuda, as Nações Unidas apoiaram no passado o estabelecimento e a operação de uma Unidade de Coordenação da Ajuda (UCA) com o Ministério com a tutela da Cooperação. No entanto, esta unidade deixou de ser funcional, sendo o principal desafio a apropriação ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou do Plano e Finanças. Parece-nos que se justifica que possa ser reativada uma unidade desta natureza, com o apoio das Nações Unidas, por forma a concertar as intervenções dos vários parceiros bilaterais e multilaterais.

Quanto à coordenação regular entre a UE e os Estados-Membros (EM) em questões relacionadas com o envolvimento com a sociedade civil local, importa considerar que apenas Portugal tem representação diplomática no País. Há, no entanto, reuniões *ad hoc*, especialmente durante os exercícios de programação.

## 2.5 ENSINAMENTOS ADQUIRIDOS

Há várias lições aprendidas com o envolvimento entre a UE e a sociedade civil em São Tomé e Príncipe que são estruturadas através da análise SWOT, que é possível observar no quadro abaixo. É baseado numa análise documental e em consultas com a Delegação da UE e outros PTF. Essa leitura panorâmica deverá facilitar a identificação de prioridades para o futuro envolvimento da UE (ver secção 3 deste roteiro).

Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"><li>- Aceitação da importância do apoio regular à sociedade civil, considerando que a maioria dos doadores retirou-se progressivamente;</li><li>- Apoio concertado à estruturação da sociedade civil;</li><li>- ONGIs agem como catalisador para a sociedade civil local.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tendência para financiar projetos numa lógica de prestação de serviços, em vez de um processo lógico;</li><li>- Baixa complementaridade entre as diversas partes interessadas no apoio à sociedade civil;</li><li>- O instrumento principal "Convocatória de Propostas" não encoraja as OSC a definir uma estratégia de ação coerente e uma trajetória própria de desenvolvimento institucional como ator de governança;</li><li>- Falha em abordar as preocupações das OSC emergentes;</li><li>- Ausência de diálogo estruturado com a sociedade civil;</li><li>- Ausência de um dispositivo de acompanhamento da Sociedade Civil (nenhum programa geográfico com uma Assistência Técnica);</li><li>- Não existe registo de apoio específico para a sociedade civil no 11.º FED.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Vontade da UE e dos EM em dar o salto qualitativo para considerar as OSC como atores de governação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ambições irrealistas de apoio às OSC (como ator de governação), considerando o volume de cooperação;</li><li>- Falta de vontade política para "empurrar" o setor da sociedade civil dentro da DUE.</li></ul>

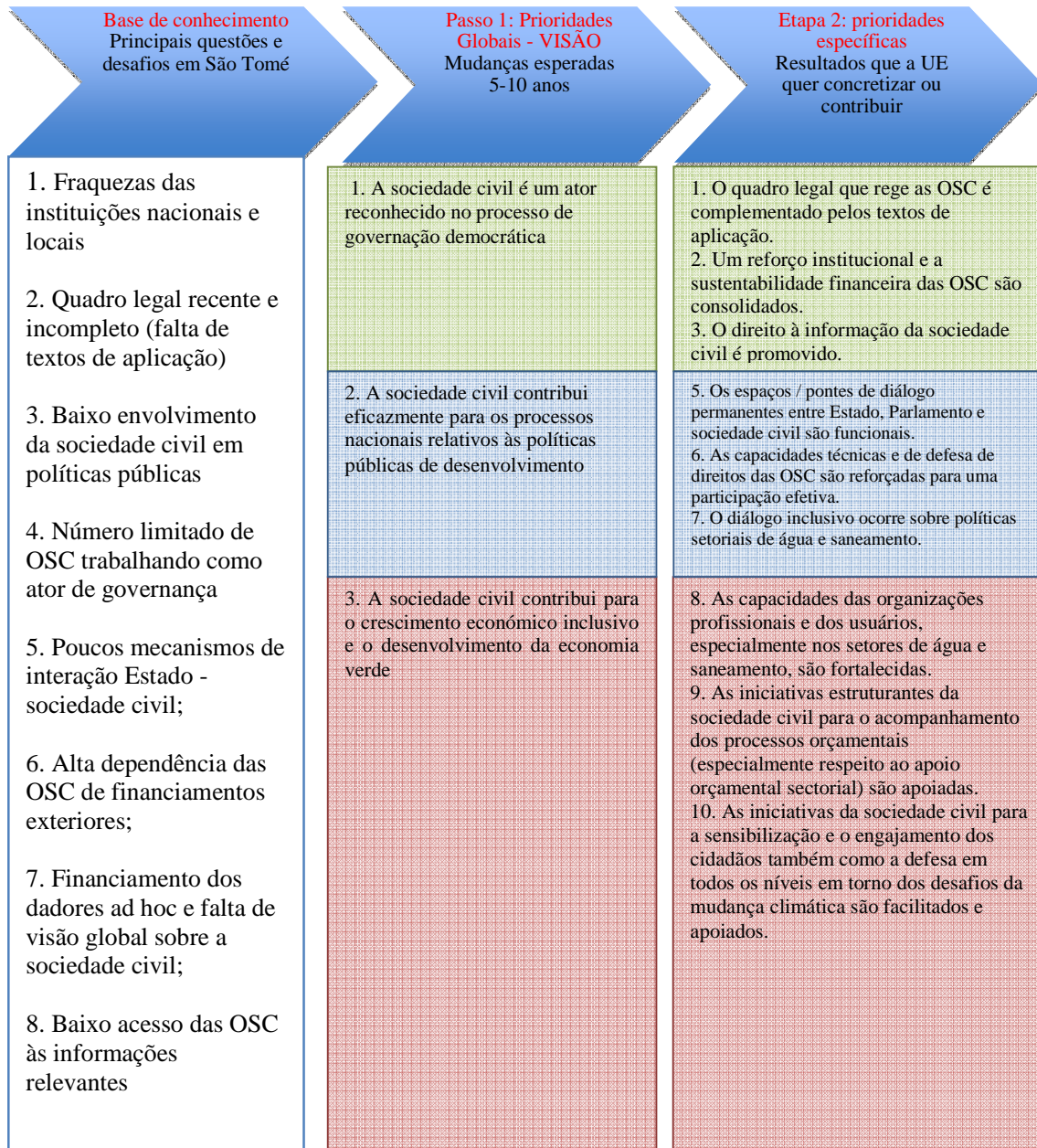
### **3 PRIORIDADES**

Após uma série de consultas com os representantes da sociedade civil e a Embaixada de Portugal, as três prioridades globais identificadas no precedente Roteiro com uma visão de longo prazo foram confirmadas e continuam a representar as mudanças estruturais a médio e longo prazo que a UE pretende alcançar através do seu envolvimento com a sociedade civil de São Tomé e Príncipe.

Essa visão de longo prazo também é construída sobre a atual arquitetura de cooperação (e desenvolvimentos esperados) no país, levando em conta elementos do contexto político ao nível nacional e regional.

Estas prioridades globais continuam a ser divididas em prioridades específicas e apresentam os resultados que a UE e o Portugal, único EM presente, esperam alcançar ou contribuir para alcançar.

A figura abaixo apresenta a lógica geral e as perspectivas do Roteiro para o Envolvimento Estratégico da Sociedade Civil em São Tomé e Príncipe. As prioridades são definidas na base de conhecimento correspondente às duas secções anteriores.



## **PRIORIDADE 1 A sociedade civil é um ator reconhecido nos processos de governação democrática**

A análise realizada no âmbito da atualização deste roteiro, bem como as consultas com os atores no terreno, demonstraram que nem toda a sociedade civil é um participante plenamente envolvido nos processos de governação democrática do país. Isso deve-se tanto às restrições relacionadas com o ambiente propício (aplicação deficiente de leis de ONG, falta de mecanismo de interação permanente com o governo e acesso inadequado a informações públicas), quanto às capacidades institucionais e aos limitados recursos financeiros das OSC, que os impedem de envolver-se em questões que não levam necessariamente ao financiamento de agências estrangeiras, acostumadas a concentrar os seus financiamentos de projetos na prestação de serviços.

A UE, através deste Roteiro, está empenhada em apoiar a sociedade civil, para que esta possa desempenhar um papel mais forte nos processos de governação nacional. A UE compromete-se, através de estudos e análises do quadro legal, dos mecanismos e potencialidades de financiamento das OSC, bem como através do diálogo político sobre o acesso à informação e apoio às iniciativas da FONG e outras OSC e comunicação social, a contribuir para alcançar os seguintes resultados:

<b>Prioridades específicas – resultados</b>	<b>Indicadores de resultados</b>
O quadro legal que rege as OSC é complementado pela implementação da legislação	- A lei 8/2012 ou a "Lei das ONG" é divulgada e a sua aplicação reforçada através da elaboração e aprovação dos decretos necessários; - Um mecanismo de interação Estado-OSC é identificado de forma participativa e é gradualmente funcional.
O fortalecimento institucional e a sustentabilidade financeira das OSC são consolidados	- Um processo de reflexão sobre oportunidades de financiamento sustentável (em particular, fontes endógenas) é conduzido; - O mecanismo identificado é gradualmente posto em prática
O direito à informação da sociedade civil é promovido	- Um processo participativo leva à adoção duma lei de acesso à informação oponível às instituições do Estado; - Um mecanismo operacional de divulgação e produção de informação para a sociedade civil é identificado e apoiado.

## **PRIORIDADE 2. A sociedade civil contribui eficazmente para os processos de política de desenvolvimento nacional**

Para além do reconhecimento da sociedade civil como ator da governação democrática do país, a União Europeia está também empenhada em apoiar as OSC de São Tomé e Príncipe, as redes e as federações, para uma participação mais ativa no desenvolvimento e na monitoria das políticas públicas. Isto será feito principalmente através do diálogo contínuo com as autoridades aos níveis nacional e local, e através da capacitação das OSC em técnicas de advocacia, pesquisa e análise de políticas.

A União Europeia está empenhada, através deste documento bem como através do diálogo inclusivo nos sectores focais da UE no país, em facilitar e apoiar o surgimento de espaços ou o estabelecimento de pontes de diálogo contínuo entre o Estado e as OSC, o reforço das capacidades de advocacia e a análise das OSC.

<b>Prioridades específicas - resultados</b>	<b>Indicadores de resultados</b>
4. Os espaços permanentes/pontes de diálogo entre Estado, Parlamento e sociedade civil são funcionais	- Fóruns multilaterais para diálogo e consulta são criados e apoiados; - Iniciativas da própria sociedade civil para a participação nestes espaços são suportadas.
5. As capacidades técnicas, organizativas e de advocacia das OSC, incluindo as associações e organizações comunitárias de base, são fortalecidas para uma participação efetiva	- Ações direcionadas para aumentar a capacidade de defesa de direitos e de análise da sociedade civil são apoiadas - Alianças em torno de questões concretas entre as OSC e as instituições de pesquisa são facilitadas e apoiadas.
6. Existe um diálogo inclusivo sobre políticas setoriais de água e saneamento	- Uma consulta multi-atores inclusiva ocorre em torno da definição das prioridades e ações nos setores de água e saneamento; - Uma plataforma de intercâmbio sustentável entre as várias partes interessadas foi criada e funciona regularmente.

### **PRIORIDADE 3 A sociedade civil contribui para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento da economia verde**

Como se conclui pela análise do Roteiro, a sociedade civil ainda não é plenamente envolvida nos processos de desenvolvimento económico do país. Isto deve-se tanto aos constrangimentos relacionados com a dificuldade de fazer parte de questões globais, como à mobilização em torno da questão das alterações climáticas, que afeta a economia do arquipélago, mas também ao baixo envolvimento nos processos orçamentais ao nível nacional e local.

A União Europeia está empenhada, através deste Roteiro, em apoiar a sociedade civil, para que possa desempenhar um papel mais proeminente nos processos orçamentais, especialmente o acompanhamento da execução do apoio orçamental (nomeadamente a nível setorial), na mobilização dos cidadãos em torno das questões das alterações climáticas e no reforço da ação das organizações profissionais e dos utilizadores, para alcançar os seguintes resultados:

<b>Prioridades específicas - resultados</b>	<b>Indicadores de resultados</b>
8. As capacidades das organizações profissionais e dos utilizadores, especialmente nos setores de água e saneamento e no setor da economia social e solidária são fortalecidas	- Ações de estruturação e reforço das capacidades das organizações profissionais e dos utilizadores são realizadas;  - As iniciativas de advocacia específicas desses grupos, particularmente em água e saneamento, são apoiadas;
9. As iniciativas estruturais da sociedade civil para monitorar os processos orçamentais (especialmente o apoio ao orçamento setorial) são apoiadas;	- Um guia para o envolvimento das OSC nos processos orçamentais é desenvolvido e disseminado;  - Iniciativas de coligações ou alianças da sociedade civil para monitorar processos orçamentais, especialmente em torno do apoio orçamentário, são apoiadas;
10. As iniciativas da sociedade civil para aumentar a consciencialização e a mobilização dos cidadãos, bem como a defesa a todos os níveis em torno das questões da mudança climática, são facilitadas e apoiadas.	- Campanhas de sensibilização dos cidadãos sobre questões de mudança climática iniciadas por redes de OSC são apoiadas;  - As iniciativas de mobilização e advocacia de cidadãos em torno de questões de mudança climática são facilitadas e apoiadas.

## 4 AÇÕES

### Quadros de resumo das ações a realizar

<b>Prioridade 1</b>
<i>Prioridade global: A sociedade civil é um ator reconhecido nos processos de governação democrática</i> <i>Prioridades específicas:</i> - O quadro legal que rege as OSC é complementado pela implementação da legislação; - O reforço institucional e a sustentabilidade financeira das OSC são consolidados; - O direito à informação da sociedade civil é promovido.
<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Enquadramento legal complementado pelos decretos de aplicação;</li><li>• É adotada e implementada uma lei de acesso à informação oponível às instituições estatais;</li><li>• Um mecanismo de acesso sustentável à informação para a Sociedade Civil está a ser gradualmente implementado</li></ul>
<b>Ações:</b>
<b>A. Análise: estudos, cartografia e investigação</b> - Análise das necessidades para a aplicação do quadro legal para o espaço operacional das OSC e divulgação desta informação / Lei 8/2012 "lei das ONG" - Capitalização do trabalho realizado em torno de um projeto de lei para o acesso à informação, à transparência e ao controlo social público; - Estudo sobre os mecanismos de financiamento das organizações da sociedade civil / ONG. - Situação das fontes potenciais de financiamento endógeno (público e privado).
<b>B. Diálogo político, consultas e facilitação</b> Abordar a questão do quadro jurídico, do ambiente propício e da falta de um mecanismo permanente de interação Estado-sociedade civil, no contexto do diálogo político previsto no artigo 8.º do Acordo de Cotonou. Facilitar o diálogo e a criação de um espaço de coordenação entre o Governo, os parceiros de desenvolvimento e as OSC, para promover a transparência e o acesso à informação, partilhar documentos importantes e envolver efetivamente todas as partes interessadas no acesso à informação pública.  Melhorar a coordenação entre os doadores presentes em STP, que trabalham no apoio à sociedade civil, especialmente no contexto de atividades destinadas a reforçar a capacidade dos atores da sociedade civil local (UE - Embaixada de Portugal).  Questionar as autoridades nacionais e o setor privado no País sobre potenciais fontes de financiamento endógeno.
<b>C. Financiamento: apoio operacional, incluindo à integração</b> Apoio a iniciativas de advocacia das OSC para a produção de decretos para a implementação da Lei 8/2012, bem como para a aprovação de um Projeto de Lei de Acesso à Informação ( <b>diálogo político, programas temáticos OSC</b> ). Estudo e processo conducente à elaboração de uma lei de acesso à informação (Projeto PRO-ISC PALOP - TL). Apoio à Federação de ONGs na recolha e disseminação de informações para fortalecer o seu papel como catalisador entre instituições do Estado, OSC e cidadãos (projeto UE-ACEP-FONG em andamento).  Apoio a iniciativas da sociedade civil para a promoção e implementação de reformas dos meios de comunicação social (IEDDH). Promoção de atividades de tutoria (“ <i>mentoring</i> ”) de ONG nacionais e estrangeiras melhor estruturadas perante organizações de menor dimensão (Cooperação Portuguesa). [Responsabilidade DUE em ação conjunta com EM]



<b>Prioridade 2</b>
<i>Prioridade Global: A sociedade civil contribui eficazmente para os processos de política de desenvolvimento nacional</i>
<i>Prioridades específicas:</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os espaços permanentes / pontes de diálogo entre Estado, Parlamento e sociedade civil são funcionais;</li> <li>- As capacidades técnicas, organizativas e de advocacia das OSC, incluindo as associações e organizações comunitárias de base, são fortalecidas para uma participação efetiva;</li> <li>- Existe um diálogo inclusivo sobre as políticas setoriais de água e saneamento</li> </ul>
<b>Indicadores</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O panorama dos atores que trabalham nos setores de água e saneamento é mais conhecido;</li> <li>- Os espaços de intercâmbios Estado-sociedade civis são funcionais;</li> <li>- As capacidades das propostas das OSC são aumentadas</li> </ul>
<b>Ações:</b>
<b>A. Análise: estudos, cartografia e investigação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento funcional dos atores da sociedade civil nos setores da água e saneamento</li> <li>- Estudo de análise crítica dos quadros de consulta existentes / espaços de intercâmbio entre Estado e sociedade civil.</li> </ul>
<b>B. Diálogo político, consultas e facilitação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilitar o estabelecimento de espaços de diálogo multilateral (diálogo político);</li> <li>- Apoio financeiro e técnico às iniciativas da sociedade civil para a sua participação nesses espaços;</li> <li>- Apoio às alianças em torno de questões concretas entre organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa para reforçar a capacidade das OSC de apresentar propostas;</li> <li>- Facilitação de uma consulta multiatores em torno da definição de prioridades e ações nos setores de água e saneamento;</li> <li>- Apoio ao surgimento e ao bom funcionamento de uma plataforma de intercâmbio sustentável entre os vários intervenientes nos setores da água e saneamento.</li> </ul>
<b>C. Financiamento: apoio operacional, incluindo à integração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio à FONG na mobilização de organizações da sociedade civil para promover a sua participação em estruturas nacionais e locais de consulta (projeto ACEP-FONG, em curso);</li> <li>- Apoio financeiro e técnico às iniciativas da sociedade civil para participação em fóruns multilaterais (programa OSC-AL, Cooperação Portuguesa);</li> <li>- Apoio a alianças em torno de questões concretas entre organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa para reforçar as capacidades das propostas das OSC (Programa OSC-AL);</li> <li>- Facilitação da consulta inclusiva das partes interessadas nos setores da água e saneamento e estabelecimento de uma plataforma de intercâmbio sustentável, mapeamento das partes interessadas no setor de água e saneamento e análise crítica dos quadros de consulta existentes (11.º FED, apoio orçamental sectorial).</li> </ul>
[Responsabilidade DUE em ação conjunta com EM e ON]

### **Prioridade 3**

**Prioridade global: A sociedade civil contribui para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento da economia verde**

*Prioridades específicas:*

- As capacidades das organizações profissionais e dos utilizadores, especialmente nos setores de água e saneamento, e no setor da economia social e solidária são fortalecidas;
- Iniciativas estruturais da sociedade civil para monitorar os processos orçamentais (especialmente o apoio ao orçamento setorial) são apoiadas;
- As iniciativas da sociedade civil para aumentar a consciencialização e a mobilização dos cidadãos, bem como a defesa, a todos os níveis, em torno das questões da mudança climática, são facilitadas e apoiadas.

### **Indicadores**

- As redes de organizações da sociedade civil realizam regularmente uma revisão crítica do orçamento nacional;
- As ações de defesa de organizações de utilizadores nos setores da água e saneamento levam a um melhor acesso dos cidadãos aos serviços;
- Ações de defesa em torno das questões da mudança climática são realizadas.

### **Ações:**

#### **A. Análise: estudos, cartografia e investigação**

- Avaliação das capacidades de propostas e de intervenção das OSC nos setores da água e saneamento;
- Realização de um guia prático para o envolvimento das OSC nos processos orçamentais.

#### **B. Diálogo político, consultas e facilitação**

- Facilitar a integração do papel das organizações da sociedade civil na execução do apoio orçamental (diálogo político ao abrigo do artigo 8.º do Acordo de Cotonou);
- Suporte técnico e financeiro para ações de estruturação e capacitação de organizações profissionais e utilizadores;
- Apoio às iniciativas de promoção (*plaidoyer*) das redes de OSC, particularmente nos setores da água e saneamento;
- Facilitar o surgimento de redes ou alianças da sociedade civil para a monitoria dos processos orçamentais, especialmente em torno dos apoios orçamentais;
- Apoiar ações de sensibilização dos cidadãos em torno de questões de mudança climática iniciadas por redes de OSC;
- Facilitação e apoio às iniciativas de mobilização e advocacia dos cidadãos em torno dos desafios das mudanças climáticas;

#### **C. Financiamento: apoio operacional, incluindo à integração**

- Apoio às ações estruturantes de organizações profissionais e utilizadores dos setores da água e saneamento, apoio às redes para o acompanhamento dos processos orçamentais (11º FED, apoio orçamental setorial);
- Apoio às iniciativas da sociedade civil em torno de questões relacionadas com alterações climáticas (PIR 11º FED, Cooperação Portuguesa, programa temático OSC-AL)
- Apoio ao desenvolvimento de planos de desenvolvimento local (definição de prioridades, desenvolvimento eficaz e estratégias de implementação), através da cooperação entre as AL, OSC, o sector privado e as autoridades nacionais, tendo em conta a coesão social (programa temático OSC-AL e PNUD).

[Responsabilidade DUE em ação conjunta com EM e ON]

## 5 PAINEL

<b>País: São Tomé e Príncipe</b>		
<b>Processo</b>		
<b>Domínio</b>	<b>Indicador</b>	<b>Realização</b>
Participação dos Estados-Membros na preparação do Roteiro	Os Estados-Membros presentes no país estão ativamente envolvidos no desenvolvimento do Roteiro	Convite para o EM (Portugal) contribuir para a atualização do Roteiro, sugestões integradas.
Consulta da sociedade civil local	O Roteiro foi atualizado com base em consultas a uma ampla gama de OSC locais, respeitando o princípio do acesso à informação, com antecedência suficiente e provisões claras para <i>feedback</i> e acompanhamento.	Uma reunião com a sociedade civil local foi organizada em 7 de março de 2019. As prioridades foram identificadas e discutidas durante esta sessão de trabalho interativa, que contou com a presença de 20 representantes de OSC.
Ações conjuntas	Os Estados-Membros presentes no país participam ativamente na implementação das prioridades do Roteiro	
<b>Resultado</b>		
<b>Prioridade</b>	<b>Indicador</b>	<b>Realização</b>
<b>A sociedade civil é um ator reconhecido nos processos de governança democrática</b>	Ver secção 3	
<b>A sociedade civil contribui eficazmente para os processos de política de desenvolvimento nacional</b>	Ver secção 3	
<b>A sociedade civil contribui para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento da economia verde</b>	Ver secção 3	